

Boaventura de Sousa Santos


A GRAMÁTICA DO TEMPO:

Para uma nova cultura política

Para um novo senso comum

A ciência, o direito e a política na transição paradigmática

VOLUME

 Edições Afrontamento

ÍNDICE

- 13 Prefácio
- 23 Introdução: Do pós-moderno ao pós-colonial e para além de um e outro

PARTE I PARA UMA EPISTEMOLOGIA DO SUL

- 47 **Capítulo 1: A queda do *Angelus Novus*: o fim da equação moderna entre raízes e opções**
- 49 A parábola do *Angelus Novus*
- 50 Raízes e opções
- 55 O fim da equação
O corpo: a raiz derradeira e a opção infinita, 57
- 62 Tempo, códigos barrocos e canonização
O cânone literário, 66; O património comum da humanidade, 68; O património mundial cultural e natural, 70
- 74 Os tempos dos códigos barrocos
- 75 Um futuro para o passado: as imagens desestabilizadoras
- 81 Um futuro para o passado: as subjectividades desestabilizadoras
- 84 Conclusão
- 87 **Capítulo 2: Uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**
- 87 Introdução
- 91 A crítica da razão metonímica
Cinco modos de produção de não-existência, 95; Cinco ecologias, 98

Título A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política
[Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática, Volume IV]

Autor Boaventura de Sousa Santos
© 2006, Boaventura de Sousa Santos/Edições Afrontamento

Capa Waterfall, 1991 © Pedro Cabrita Reis. Design: Vera Velez

Edição Edições Afrontamento/Rua Costa Cabral, 859/4200-225 Porto
www.edicoesafrontamento.pt/geral@edicoesafrontamento.pt

Colecção Biblioteca das Ciências Sociais/Sociologia, Epistemologia/54

Nº de edição 1029

ISBN 978-972-36-0846-5

Depósito legal 248948/06

Impressão e acabamento Rainho & Neves Lda./Santa Maria da Feira
geral@rainhoeneves.pt

Distribuição Companhia das Artes – Livros e Distribuição, Lda.
comercial@companhiadasartes.pt

1.ª edição: Outubro de 2006

2.ª edição: Julho de 2010

107	A crítica da razão proléptica	199	A contra-hegemonia no século XX
112	Os campos sociais da sociologia das ausências e da sociologia das emergências	201	Possibilidades contra-hegemónicas para o século XXI
113	Das ausências e das emergências ao trabalho da tradução	203	Rumo a novos manifestos
119	Condições e procedimentos da tradução	208	Conclusão: de que lado estás, Ariel?
124	Conclusão: para quê traduzir?		
127	Capítulo 3: A ecologia de saberes	211	Capítulo 7: Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade
127	Introdução	211	Introdução
132	As condições da diversidade epistemológica do mundo <i>Pluralidade interna das práticas científicas, 134; Pluralidade externa: outros saberes, 141</i>	214	O colonialismo português e o pós-colonialismo <i>A especificidade do colonialismo português, 214; O pós-colonialismo, 217; O colonialismo português e os silêncios do pós-colonialismo, 226</i>
143	A ecologia de saberes	231	Jogos de espelhos, I: um Caliban na Europa
155	Capítulo 4: A Universidade Popular dos Movimentos Sociais	237	Jogos de espelhos, II: um Próspero calibanizado
155	Introdução	246	Jogos de espelhos, III: os momentos de Próspero
156	Proposta de auto-aprendizagem colectiva e transformadora: a Universidade Popular dos Movimentos Sociais <i>O que é e o que não é a UPMS, 156; Justificação, 157; Actividades, 158; Organização, 160</i>	PARTE III	UMA NOVA TEORIA POLÍTICA CRÍTICA: REINVENTAR O ESTADO, A DEMOCRACIA E OS DIREITOS HUMANOS
161	A UPMS 2003-2006 <i>Pressupostos, 162; Metodologia, 163; Organização, 163; Plano de actividades para 2006, 164</i>	259	Capítulo 8: A construção intercultural da igualdade e da diferença
PARTE II	A CONSTRUÇÃO DE MUNDOS PÓS-COLONIAIS	259	Introdução
167	Capítulo 5: O fim das descobertas imperiais	260	A desigualdade e a exclusão na modernidade ocidental
170	O Oriente	263	Os universalismos da desigualdade e da exclusão
173	O selvagem	265	A gestão da desigualdade e da diferença e a sua crise
175	A natureza	274	As metamorfoses do sistema de desigualdade e do sistema de exclusão <i>A biodiversidade e a biotecnologia, 280; O espaço electrónico, 284</i>
177	Os lugares fora do lugar	289	A articulação entre políticas de igualdade e políticas de identidade
179	Capítulo 6: Nuestra América. Reinventar um paradigma subalterno de reconhecimento e redistribuição	292	Conclusão
179	O Século Americano-Europeu	295	Capítulo 9: A crise do contrato social da modernidade e a emergência do fascismo social
182	Sobre as globalizações contra-hegemónicas	301	A crise do contrato social
186	O Século Americano da <i>Nuestra América</i>	309	A emergência do fascismo social
191	O optimismo trágico e transgressivo da subjectividade da <i>Nuestra América</i>	313	Sociabilidades alternativas

317	Capítulo 10: A reinvenção solidária e participativa do Estado
320	A crise do reformismo <i>Primeira fase: o Estado irreformável, 322; Segunda fase: o Estado reformável, 323; A reforma do Estado e o terceiro sector, 325</i>
337	O Estado como novíssimo movimento social <i>A refundação democrática da administração pública e o terceiro sector, 340</i>
345	Democracia participativa, fiscalidade participativa e Estado experimental
351	Capítulo 11: A redescoberta democrática do trabalho e do sindicalismo
351	Trabalho e cidadania
354	Teses para a reinvenção do movimento sindical
371	Capítulo 12: A crítica da governação neoliberal: o fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna
371	Introdução
373	A governação como legalidade neoliberal <i>Genealogia da governação, 375; O significado político da governação neoliberal, 377; Lutas sociais no quadro da governação, 381; Há outras histórias da governação?, 384</i>
385	O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna e insurgente do Sul global <i>A novidade política do Fórum Social Mundial, 387; Estratégia e acção política, 389</i>
397	A política do direito e da legalidade num contexto de globalizações em conflito
401	Capítulo 13: Para uma concepção intercultural dos Direitos Humanos
401	Introdução: as tensões da modernidade ocidental e os direitos humanos
405	As globalizações em síntese
409	Reconstrução intercultural dos direitos humanos
412	Premissas de uma política contra-hegemónica de direitos humanos
414	A hermenêutica diatópica

421	O imperialismo cultural e a possibilidade de uma contra-hegemonia
423	As dificuldades da reconstrução dos direitos humanos
425	Condições para uma reconstrução intercultural dos direitos humanos
428	Direitos humanos interculturais e pós-imperiais
434	Conclusão
437	Bibliografia

A Universidade Popular dos Movimentos Sociais

INTRODUÇÃO

O trabalho de tradução que subjaz às ecologias de saberes é uma tarefa imensa e não será levado a cabo com facilidade. Envolve um processo complexo de interconhecimento e de auto-educação com o duplo objectivo de aumentar o conhecimento recíproco entre os movimentos e organizações e tornar possíveis coligações entre eles e acções colectivas conjuntas. As ecologias de saberes, sendo um dos aspectos centrais da epistemologia do Sul, não irão emergir espontaneamente. Pelo contrário, devido ao facto de se confrontarem com a monocultura do saber científico, essas ecologias só poderão desenvolver-se através de uma sociologia das ausências que torne presentes e credíveis os saberes suprimidos, marginalizados e desacreditados. Conforme analisei no capítulo 2, a sociologia das ausências não é uma sociologia convencional e dificilmente poderá ser exercida nos lugares convencionais de produção do saber científico hegemónico, as universidades e os centros de pesquisa científica. Não significa isto que nesses lugares seja impossível produzir um saber científico contra-hegemónico¹. Mas esses lugares só muito excepcionalmente poderão produzir ecologias de saberes, ou seja, promover diálogos permanentes entre diferentes tipos de saberes (sendo a ciência um deles, importante em muitas instâncias), identificando fontes alternativas de saber, fazendo experiências com critérios alternativos de rigor e relevância à luz de objectivos partilhados de transformação social emancipatória. As ecologias de saberes apelam a saberes contextualizados, situados e úteis, ao serviço de práticas transformadoras. Por conseguinte, só podem florescer em ambientes tão próximos quanto possível dessas práticas e de um modo tal que os protagonistas da acção social sejam reconhecidos como protagonistas da criação de saber².

(1) A fundamentação das propostas nas mais diversas áreas (dívida externa, capital financeiro, comércio internacional, sistemas produtivos, política ambiental, biodiversidade, direito internacional, interculturalidade, etc., etc.) apresentadas nas várias edições do Fórum Social Mundial são bem prova disso.

(2) Isto não impede que em muitas universidades convencionais do Sul global estejam hoje a emergir iniciativas de extensão universitária de tipo novo, convergentes com a epistemologia das ecologias de saberes (Santos, 2004). Tais iniciativas devem passar a integrar a rede da UPMS.

Nesse sentido, propus no terceiro Fórum Social Mundial (FSM) a criação de uma Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS), com o objectivo de proporcionar a auto-educação dos activistas e dirigentes dos movimentos sociais, bem como dos cientistas sociais, dos investigadores e artistas empenhados na transformação social progressista³. A designação de «universidade popular» foi usada não tanto para evocar as universidades operárias que proliferaram na Europa e na América Latina no início do século XX, mas antes para transmitir a ideia de que, depois de um século de educação superior elitista, uma universidade popular é necessariamente uma contra-universidade.

Desde 2003, esta proposta tem vindo a ser discutida em várias ocasiões com diferentes movimentos e associações envolvidos no FSM⁴. Neste capítulo, apresento a proposta original e as transformações por que tem passado e descrevo brevemente as iniciativas levadas a cabo para a pôr em prática.

PROPOSTA DE AUTO-APRENDIZAGEM COLECTIVA E TRANSFORMADORA: A UNIVERSIDADE POPULAR DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

O que é e o que não é a UPMS⁵

A UPMS não é uma escola para quadros ou dirigentes de e movimentos sociais. Embora a UPMS esteja claramente orientada para a acção de transformação social, o seu objectivo não é proporcionar os tipos de competências e de instrução habitualmente fornecidos por essas escolas. A UPMS também não é um *think tank* das organizações e dos movimentos sociais. Apesar de atribuir grande importância à pesquisa e à reflexão estratégica, a UPMS rejeita a distância que uma e outra costumam manter relativamente à acção colectiva.

O objectivo principal da UPMS é contribuir para aprofundar o interconhecimento no interior da globalização contra-hegemónica mediante a criação de uma rede de interacções

(3) Esta proposta foi pela primeira vez publicada em *Terraviva* (IBASE), 14 Janeiro de 2003, pp. 78-83.

(4) Foi discutida em Madrid, em 25 de Abril de 2003, na ACSUR-Las Segovias, com vários activistas de organizações não-governamentais espanholas e latino-americanas; em Amsterdão, em 18 de Maio de 2003, no *Transnational Institute*; em Cartagena de Índias, em 20 de Junho de 2003, durante o Fórum Social Mundial Temático sobre Democracia, Direitos Humanos, Guerras e Tráfico de Drogas; no Rio de Janeiro, em 2 de Setembro de 2003, no IBASE; no FSM de 2004 em Mumbai e no FSM de Porto Alegre em 2005; em Roma de 13 a 15 de Setembro de 2005, numa reunião internacional organizada pela Euralat, UPTER/Università Popolare di Roma e Associazione ONGs Italiane; e em Caracas, no FSM policêntrico de 2006.

(5) Não existe consenso sobre o nome a dar à instituição proposta. Alguns consideram que o termo «universidade» é elitista. Outros pensam que o termo «universidade popular» implica uma identificação com as iniciativas dos partidos comunistas e outras organizações de esquerda das primeiras décadas do século XX. Escola? Academia? Universidade Aberta dos Movimentos Sociais? Universidade Global dos Movimentos Sociais? Rede Global de Saberes? Escola de Cidadania Global? As organizações que decidiram no FSM de 2005 assumir a tarefa de criar a universidade popular adoptaram a designação da proposta original, adicionando-lhe à guisa de subtítulo «Rede Global de Saberes».

orientadas para promover o conhecimento e a valorização crítica da enorme diversidade dos saberes e práticas protagonizados pelos diferentes movimentos e organizações. Espera-se que dessa reflexão saia facilitada a construção de coligações para acções colectivas mais ambiciosas no âmbito e mais eficazes nos resultados. A UPMS não pretende substituir-se a iniciativas já existentes com o mesmo objectivo. Acontece que tais iniciativas tendem a ser temáticas, promovendo reflexões/articulações entre diferentes movimentos feministas, entre diferentes movimentos operários, entre diferentes movimentos indígenas ou entre diferentes movimentos ecológicos. A novidade da UPMS reside no seu carácter intertemático, na promoção de reflexões/articulações entre movimentos feministas, operários, indígenas, ecológicos, etc. Trata-se de criar no mundo do activismo progressista uma consciência internacionalista de tipo novo: intertemática, intercultural, radicalmente democrática.

Justificação

O movimento para uma globalização contra-hegemónica é um fenómeno político novo (Santos, 2005), centrado na ideia de que a fase actual do capitalismo global, conhecida como globalização neoliberal, exige novas formas de resistência e novas concepções de emancipação social. Novos agentes políticos e novas práticas estão a emergir do interior deste movimento, formado por um grande número de movimentos sociais e organizações não-governamentais. Operam num enquadramento igualmente novo, articulando em rede lutas locais, nacionais e globais. As teorias actuais da mudança social, mesmo as que se ocupam da transformação social emancipatória, não dão conta adequadamente desta novidade política e cultural.

O hiato entre a teoria e a prática tem consequências negativas tanto para os movimentos sociais e organizações progressistas como para as universidades e centros de pesquisa, onde as teorias sociais têm sido tradicionalmente produzidas. Os líderes e os activistas de movimentos sociais e organizações sentem a falta de teorias que lhes permitam reflectir analiticamente sobre a sua prática e esclarecer os seus métodos e objectivos. Por sua vez, os cientistas sociais/artistas, isolados dessas novas práticas e dos seus agentes, pouco podem contribuir para tal reflexão e esclarecimento. Podem até tornar tudo mais difícil ao insistirem em conceitos e teorias que não são adequados às novas realidades.

A UPMS pretende contribuir para preencher esse hiato. Em última análise, o seu objectivo é ultrapassar a distinção entre teoria e prática, conjugando-as através de encontros sistemáticos entre os que se dedicam essencialmente à prática da transformação social e os que se dedicam essencialmente à produção teórica.

O tipo de educação a que a UPMS aspira é, pois, bidireccional. Por um lado, visa auto-educar os activistas e dirigentes dos movimentos sociais e organizações, fornecendo-lhes grelhas analíticas adequadas e teóricas capacitantes. Umas e outras deverão permitir-lhes aprofundar a compreensão reflexiva da sua prática – os seus métodos e objectivos – e, com isso, aumentar a sua eficácia e consistência. Por outro lado, a UPMS visa auto-educar os

cientistas sociais/artistas progressistas interessados em estudar os novos processos de transformação social e contribuir para o seu fortalecimento, oferecendo-lhes a oportunidade de um diálogo directo com os protagonistas destes processos. Este diálogo permitirá diminuir a distância entre as grelhas analíticas e teóricas nas quais foram treinados e as necessidades e aspirações concretas que emergem das novas práticas transformadoras.

A novidade da UPMS assenta nesta abordagem educativa bidireccional. Para realizar este objectivo, a UPMS tem de superar a distinção convencional entre ensinar e aprender, criando contextos e momentos de aprendizagem recíproca. O seu ponto de partida é o reconhecimento da ignorância recíproca. O seu ponto de chegada é a produção partilhada de saberes tão globais e diversos como os próprios processos de globalização.

Para lá do hiato entre teoria e prática, a UPMS pretende responder a dois problemas que, presentemente, afectam todos os movimentos que lutam por uma globalização contra-hegemónica. O primeiro é a escassez de conhecimento recíproco entre movimentos e organizações que actuam dentro da mesma área temática mas que operam em diferentes partes do mundo. O FSM (e todos os outros fóruns regionais e temáticos em que se tem desdobrado) tem contribuído decisivamente para criar a consciência dessa escassez e da importância de um melhor conhecimento recíproco. Contudo, dada a sua natureza esporádica e a sua curta duração, tem-se mostrado incapaz de preencher tal lacuna. A verdade é que, sem esse conhecimento recíproco, é impossível intensificar as articulações no interior das redes de movimentos; e, sem essa intensificação, é impossível aumentar significativamente a eficácia e a consistência das acções transformadoras para além do que foi até agora conseguido.

O outro problema é a falta de um saber partilhado entre movimentos ou organizações com intervenção em diferentes áreas temáticas. Esse hiato é ainda maior do que o anterior e preenchê-lo é igualmente importante. Dada a impossibilidade ou indesejabilidade, como referi no capítulo 2, de uma teoria geral que abarque globalmente todos os movimentos e práticas em todas as áreas temáticas, torna-se urgente criar as condições para, através do trabalho de tradução proposto no capítulo 2, aumentar a inteligibilidade recíproca entre movimentos. A UPMS tem precisamente esse objectivo: ser uma oficina permanente de interconhecimento onde se reforçam a densidade e a complexidade das redes de movimentos que combatem a globalização neoliberal.

Actividades

A UPMS é composta por três actividades principais: actividades pedagógicas, actividades de pesquisa-acção para a transformação social e actividades de difusão de competências e instrumentos de tradução intertemática, transnacional e intercultural.

Actividades pedagógicas. A UPMS está estruturada na base de oficinas, nas quais participará um número limitado de activistas/líderes de movimentos e de cientistas sociais/artistas. Cada oficina terá a duração de duas semanas.

Cada oficina terá cerca de dez sessões de discussão. Os activistas/líderes dos movi-

mentos e os cientistas sociais/artistas revezar-se-ão na preparação e na condução dessas sessões. Os materiais de estudo serão de vários tipos: narrativas orais e documentos sobre campanhas e lutas bem sucedidas ou mal sucedidas apresentados pelos movimentos e organizações; textos teóricos e analíticos propostos pelos cientistas sociais, incidindo privilegiadamente em análises comparadas de acções transformadoras; actividades artísticas tais como peças de teatro⁶, instalações, exposições e outras actividades criativas propostas pelos artistas.

Cada oficina terá dois coordenadores, um activista ou líder de movimento e um cientista social ou artista. Sempre que necessário, haverá tradução simultânea ou consecutiva.

Cada oficina terá duas fases: uma temática e outra intertemática. A fase temática destina-se a aprofundar o saber teórico e prático sobre os movimentos e organizações que operam numa dada área temática, seja ela trabalho, povos indígenas, feminismo, meio ambiente, dívida externa, paz, direitos humanos, comércio justo, reforma agrária, direitos de propriedade intelectual, etc. A fase intertemática destina-se a partilhar as experiências e os saberes entre movimentos ou organizações com intervenção em diferentes áreas temáticas, por exemplo, entre movimentos feministas e movimentos operários ou entre movimentos ecológicos e movimentos indígenas.

Para este efeito, serão realizadas pelo menos duas oficinas temáticas em simultâneo, seguidas de uma oficina conjunta, intertemática. Na primeira semana, os movimentos e organizações com intervenção na mesma área temática reunir-se-ão em separado para, em colaboração com cientistas sociais e artistas interessados no tema, aprofundar o conhecimento temático. Na segunda semana, as reuniões serão conjuntas e visarão aprofundar o conhecimento intertemático.

Na fase temática das oficinas os debates incidirão sobre:

1. «Histórias de vida» dos movimentos ou organizações;
2. Reflexão sobre práticas, campanhas ou lutas bem sucedidas e mal sucedidas;
3. Discussão sobre as questões mais complexas e as carências mais sentidas;
4. Discussão sobre objectivos, estratégias e metodologias de acção e organização;
5. Identificação de actividades de pesquisa-acção e de difusão (ver mais adiante), particularmente relevantes na respectiva área temática.
6. Identificação de tópicos ou questões que gostariam de ver discutidos, na segunda fase (intertemática) da oficina, com movimentos e organizações com intervenção noutra área temática

Os dois (ou mais) conjuntos de tópicos ou questões – um conjunto por cada oficina temática – serão a base dos debates da fase intertemática das oficinas.

No encerramento de cada oficina, um relator escolhido pelos participantes apresentará

(6) Por exemplo, o Teatro do Oprimido, a revolucionária proposta teatral de Augusto Boal mundialmente conhecida e praticada em mais de setenta países.

um relatório detalhado das discussões e das suas conclusões principais. Esse relatório será difundido por todos os movimentos, associações, cientistas sociais e artistas que participem da rede da UPMS.

Buscar-se-á o apoio financeiro para todos os que não tiverem meios próprios de custear sua participação.

Actividades de pesquisa-acção para a transformação social. A UPMS visa ser uma rede de criação (e não apenas de articulação) de saberes plurais. Espera-se que das actividades pedagógicas emirjam temas e problemas considerados importantes mas até agora pouco conhecidos. Competirá à rede da UPMS realizar a pesquisa desses temas e problemas, com recurso às várias metodologias participativas disponíveis⁷.

Actividades de difusão de competências e instrumentos de tradução. Estas actividades consistem na difusão dos métodos de tradução e dos resultados concretos obtidos com eles nas diferentes *oficinas*, nomeadamente em termos de novos saberes, designações, conceitos, princípios e métodos de acção colectiva, etc. Por exemplo, a imensa variedade de conceitos-chave usados pelos movimentos – sejam eles os conceitos de democracia, *rule of law*, acção directa, emancipação social, socialismo, violência, não-violência, *sageza*, *Satyagraha*, direitos humanos, *swaraj*, multiculturalismo, interculturalidade, greve, soberania, revolução, dignidade, *umma*, *dharma*, etc., etc. – mostra que nenhum deles, por si só, é capaz de dar conta do conjunto das aspirações de justiça social global presentes na acção dos diferentes movimentos. Alguns são de uso corrente dentro de um determinado âmbito regional ou temático, mas totalmente desconhecidos noutros. Alguns são valorizados positivamente por certos movimentos ou organizações, mas rejeitados por outros.

A Coordenação da Tradução (ver adiante) proporá a difusão dos resultados das oficinas segundo dois modos: os *Léxicos* e os *Manifestos*. Os *Léxicos* visam dar conta da diversidade discursiva da globalização contra-hegemónica e torná-la inteligível: designações, conceitos, saberes, classificações. Os *Manifestos* visam dar conta da diversidade performativa e contextualizar o seu uso: princípios, regras e metodologias de acção; exemplos de articulações bem sucedidas entre práticas provenientes de áreas temáticas diferentes.

Organização

A UPMS integra duas unidades operativas: a Sede da UPMS e a Rede da UPMS.

A *Sede da UPMS* funcionará, de preferência num país de desenvolvimento intermédio (Brasil, Índia, África do Sul, México, etc.). Esta inclui o Comité Coordenador, a Coordenação da Tradução e o Comité Executivo. As primeiras oficinas terão lugar na sede. A rede da UPMS será igualmente gerida a partir daí.

O *Comité Coordenador* é composto por representantes de todos os movimentos e orga-

(7) Uma dessas metodologias poderia ser a que foi desenvolvida pelo Instituto de Filosofia da Libertação (no Brasil) a partir da pedagogia de Paulo Freire.

nizações que fazem parte da Rede da UPMS. A sua função é coordenar as actividades da UPMS e escolher a Coordenação da Tradução e o Comité Executivo.

À *Coordenação da Tradução* compete:

1. Seleccionar as oficinas e os seus participantes;
2. Supervisionar as actividades pedagógicas e as de pesquisa-acção para a transformação;
3. Produzir os materiais destinados à difusão de competências e instrumentos de tradução;
4. Atribuir bolsas aos activistas/líderes e aos cientistas sociais/artistas impossibilitados de se autofinanciarem.

O *Comité Executivo* trata da administração da Sede da UPMS, prepara e gere o orçamento e ocupa-se da recolha de fundos.

A Sede da UPMS estabelecerá um relacionamento privilegiado (nomeadamente no que se refere à contratação de serviços) com as organizações e movimentos da cidade ou região onde estiver localizada.

A *Rede da UPMS*. A Rede da UPMS é formada pelo conjunto de organizações e movimentos que adiram à Carta de Princípios da UPMS, e que se empenhem significativamente em qualquer das três actividades que constituem a UPMS. A Carta será redigida pelos movimentos e organizações que assumirem a responsabilidade pela fundação da UPMS.

A UPMS 2003-2006

A proposta foi entusiasticamente recebida, o que mostra que a UPMS vai de encontro a uma necessidade objectiva. Alguns movimentos sociais manifestaram a preocupação de manter a UPMS sob o controlo directo dos movimentos sociais, para assegurar que a universidade seja, de facto, uma escola *dos movimentos*, e não uma escola *para* os movimentos sociais. Esta preocupação baseia-se num receio de que a UPMS possa vir a ser controlada pelas organizações não-governamentais, sempre suspeitas de possuírem maiores recursos financeiros e um posicionamento político menos radical. No entanto, a resistência mais firme partiu de organizações que já estavam envolvidas em iniciativas educativas similares, tais como escolas de quadros, cursos de verão para activistas, escolas de cidadania.

As discussões levadas a cabo mostraram claramente que a novidade da UPMS residia no seu carácter intertemático (a maioria das iniciativas existentes são temáticas) e no seu âmbito global (as iniciativas existentes são de âmbito nacional ou regional)⁸. Longe de pre-

(8) Dentre as iniciativas mais recentes destaco a criação da Escola Florestan Fernandes no Brasil para a formação de quadros do MST. Em 2004 foi apresentada uma proposta para a criação de uma Universidade Popular Urbana. A iniciativa partiu da AIH, Alianza Internacional de Habitantes, uma das organizações fundadoras da UPMS. Os objectivos da Universidade Popular Urbana são: (1) responder a uma necessidade de pesquisa e reflexão sobre uma estratégia global de justiça no que respeita à construção social do habitat e

tender competir com estas e outras iniciativas, a UPMS visa complementar os esforços já desenvolvidos, concentrando-se na promoção de um diálogo global entre as diversas culturas políticas e tradições de activismo. No FSM de 2005, um grupo de cerca de 60 organizações e movimentos puseram em marcha a criação da UPMS e constituíram um secretariado técnico para coordenar as acções a tomar nesse sentido⁹. A Euralat, uma das organizações fundadoras, tomou a iniciativa de organizar uma reunião internacional em Roma, para discutir a proposta com maior detalhe e planear os passos iniciais da criação da UPMS. O evento, que reuniu 24 organizações, teve lugar em Setembro de 2005, na cidade de Roma¹⁰.

A reunião de Roma foi decisiva para a dinamização do processo de criação da UPMS. Os seus objectivos, metodologia e estrutura foram identificados com maior rigor e foram acordados os primeiros passos conducentes à sua criação efectiva.

Pressupostos

1. A UPMS deve resguardar-se contra o etnocentrismo, tendo o cuidado de não presumir uniformidades quando são evidentes as diferenças históricas, políticas e culturais entre os movimentos sociais e organizações das diferentes regiões do mundo. Sendo as identidades dos movimentos e organizações relacionais e não essências imutáveis, é de esperar que elas se alterem gradualmente com o aprofundamento do conhecimento e do reconhecimento mútuos.

dirigida às questões da habitação; e (2) encorajar, facilitar e fortalecer o desenvolvimento organizacional dos vários membros da IAI (informação obtida em: <http://www.habitants.org/article/articleview/1100/1/208/>, em 22 de Janeiro, 2006).

(9) Do secretariado fazem quatro organizações não governamentais e um centro de pesquisa universitário: Euralat, Observatório Euro-Latino-Americano de Democracia e Desenvolvimento Social; IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Económicas e Sociais; ICAE, International Council for Adult Education; IPF, Instituto Paulo Freire; CES, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra.

(10) Na reunião de Roma participaram as seguintes organizações: AIH, Alianza Internacional de Habitantes; CAFOLIS, Centro Andino de Formación de Líderes Sociales (Equador); CAT, Central Argentina de Trabajadores; Centro de Estudios y Publicaciones Alforja (América Central); CFJJ, Centro Formación Jurídica e Judiciária de Moçambique; CIMAS, Observatorio Internacional de Ciudadanía y Medio Ambiente Sostenible – Grupo de trabajo de la Universidad Complutense de Madrid; CEAAL, Consejo de Educación de Adultos de América Latina; International Council of the World Education Forum; Corporación Región (Medellín – Colombia); Corporación Viva la Ciudadanía (Colombia); EURALAT, Observatório Euro-Latino-Americano de Democracia e Desenvolvimento Social; FECODE, Federación Colombiana de Educadores; FIPEC, Federazione Italiana per l'Educazione Continua; IBASE, Instituto Brasileiro de Análises Económicas e Sociais; ICAE, International Council for Adult Education; Instituto de Gobierno y Políticas Públicas de la Universidad Autónoma de Barcelona; IPF, Instituto Paulo Freire (Brasil); LPP, Laboratorio de Políticas Públicas do Rio de Janeiro e Buenos Aires; RAAB, Rede de Ação Alfabetizadora de Adultos do Brasil; Rede Mova, Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (Brasil); UNISANGIL, Fundación Universitaria De San Gil (Colombia); Universidad General Sarmiento de Buenos Aires, Instituto de Estudios Económicos (Argentina); Universidad Pedagógica Nacional da Colômbia; UPTER, Università Popolare di Roma; CES – Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra.

2. O défice teórico e analítico das práticas dos movimentos sociais é bastante evidente, tal como a incapacidade das ciências sociais convencionais para o colmatar; daí a necessidade de criar processos exigentes e inovadores de produção de novos conhecimentos, assentes em diálogos construtivos e sistemáticos entre os movimentos sociais e os intelectuais, investigadores e cientistas sociais.

3. É imperativo melhorar a qualidade da acção política dos movimentos sociais: aprofundar a compreensão das transformações por que passam as sociedades contemporâneas; melhorar a capacidade técnica da formulação de propostas para a construção de um mundo mais justo; criar uma cultura política que combata o isolamento e até a feudalização dos movimentos e organizações; ampliar a discussão sobre a real eficácia das práticas contra-hegemónicas.

4. A prioridade da UPMS não é formar os líderes dos movimentos sociais, uma vez que esta tarefa é já levada a cabo por muitas instituições nos diferentes continentes. Crê-se, no entanto, que a UPMS terá um impacto positivo nos actuais programas de formação.

5. Muitos movimentos sociais têm realizado um trabalho de elaboração e síntese teórica e analítica que, no entanto, é desconhecido para além deles. O propósito da UPMS é contribuir para tornar este trabalho mais visível.

6. A UPMS visa promover alianças estratégicas, não só entre movimentos sociais, mas também entre movimentos sociais e os intelectuais, investigadores, cientistas sociais e artistas que participam no Fórum Social Mundial ou se identificam com os seus objectivos. Por isso, deve ser promovida a articulação entre UPMS e as universidades existentes.

Metodologia

1. O trabalho de tradução entre conhecimentos e práticas é o método principal para atingir os objectivos da UPMS.

2. A formação de tradutores, tanto dentro dos movimentos como no mundo académico, ocorre através de diálogos confrontacionais que encoragem a constituição de processos de acção-reflexão-acção. O objectivo final não é alcançar uma inteligibilidade mútua total ou uma total transparência, mas tão só o interconhecimento e a confiança recíproca necessários para empreender acções conjuntas que envolvem riscos e dispêndio de recursos humanos e outros.

3. O trabalho de tradução não é um mero trabalho intelectual. Nele intervêm emoções e afectos que permitem transformar relações de confiança em decisões de partilhar acções colectivas, que se podem revelar arriscadas.

Organização

1. Deve tentar-se alcançar um equilíbrio entre interacções presenciais e interacções electrónicas (Sede da UPMS e Rede da UPMS).

2. O mesmo se aplica aos três tipos de actividades em que a UPMS se encontra envolvida: actividades pedagógicas, actividades de pesquisa-acção para a transformação social; actividades de difusão das capacidades e instrumentos da tradução. Enquanto rede, a UPMS

integrará todas as actividades destes tipos levadas a cabo pelos movimentos e organizações, escolas de quadros, escolas de cidadania, universidades, cursos de verão, projectos de pesquisa-acção que subscrevam a carta de princípios.

3. O trabalho de tradução deve ser introduzido a título experimental nos diálogos entre movimentos já em curso ou planeados. O objectivo é obter informação que permita planificar adequadamente as primeiras oficinas a organizar autonomamente pela UPMS.

4. A UPMS é composta por uma assembleia, um secretariado técnico e um grupo de trabalho metodológico.

A *assembleia* é constituída por todos os movimentos e organizações subscritores da carta de princípios. As tarefas desta assembleia são: seleccionar os diálogos temáticos e intertemáticos tendo em conta, sempre que possível, as solicitações do FSM, nomeadamente as veiculadas pelo seu conselho internacional; definir os critérios de participação nas *oficinas* organizadas autonomamente pela UPMS; nomear o secretariado técnico.

O *secretariado técnico* é composto por representantes de, pelo menos, cinco organizações geográfica e político-culturalmente distintas. A sua tarefa consiste em organizar as actividades da UPMS e gerir os seus recursos. O seu mandato é de dois anos, podendo ser renovado uma vez.

O *grupo de trabalho metodológico* é composto por pessoas com experiência pedagógica e de construção de conhecimento nos movimentos sociais ou com movimentos sociais. O seu papel é desenvolver o método da tradução: propor temas, pedagogias e metodologias; preparar as avaliações das oficinas temáticas e intertemáticas a serem discutidos na assembleia.

Plano de actividades para 2006

1. Implementar o método da tradução no «Diálogo Norte-Sul» que decorre presente-mente entre os movimentos e organizações que integram a SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) e o Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul)¹¹.

2. Preparar a primeira oficina piloto da UPMS.

3. Preparar a carta de princípios.

4. Sistematizar as experiências em curso de auto-aprendizagem colectiva e transformadora, nomeadamente as experiências andinas de formação de líderes, e as experiências de educação popular realizadas no âmbito das lutas contra a ALCA e os tratados bilaterais de comércio livre na América Latina.

5. Identificar os movimentos e organizações interessados em fazer parte da UPMS.

6. Aceitar, como uma actividade da UPMS, a proposta apresentada pela *Università Popolare di Roma*¹² «Histórias de Mundos Possíveis: Concurso Internacional sobre experiências de luta e mudança social».

7. Adicionar ao secretariado técnico nomeado na reunião preparatória da UPMS realizada no FSM de 2005 (cujo mandato se prolonga até à primeira reunião da assembleia da UPMS) representantes de movimentos e organizações provenientes da África e Ásia.

8. Criar a página web da UPMS.

A UPMS está em movimento. A curto prazo, a tarefa substantiva mais importante é dar continuidade ao trabalho de tradução intercultural e transpolítica no âmbito do «Diálogo Norte-Sul», com duas reuniões agendadas para 2006. A avaliação dos resultados fornecerá indicações preciosas sobre a forma de dar continuidade ao projecto da UPMS.

(11) Esta iniciativa encontra-se acessível em www.ibase.org.br.

(12) Acessível em www.upter.it.